



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
GABINETE DO MINISTRO
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

05/01/2015

DISCURSO DE POSSE DO MINISTRO, JOAQUIM LEVY

Excelentíssimo Sr. Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg;

Meus caros colegas ministros de Estado aqui presentes, em nome do quais saúdo os demais representantes do Poder Executivo;

Excelentíssimos Senadores e Deputados Federais, em nome dos quais saúdo os demais representantes do Poder Legislativo;

Excelentíssimo Sr. Aroldo Cedraz de Oliveira, Presidente do Tribunal de Contas da União, em nome do qual saúdo os demais representantes do Poder Judiciário;

Meus companheiros do Ministério da Fazenda,

Senhoras e senhores,

Primeiramente gostaria de agradecer a confiança em mim depositada pela Presidente da República Dilma Rousseff e os votos de sucesso a mim dirigidos

por tantos amigos queridos e mesmo por desconhecidos. Procurarei corresponder!

Gostaria também de destacar o apoio, carinho e sorriso especial de minha esposa Denise, e das minhas filhas Paulina e Gisela, testemunho do amor insubstituível de cada uma delas.

E celebrar a união e o amor de meus queridos irmãos Silvio, David e Ruth, que, por dádiva de Deus, junto com o estímulo e confiança da minha mãe e a cultura dela e de meu pai, devem ser a fonte de certa serenidade e até otimismo com que aparentemente fui abençoado.

Ainda, talvez nesse tom um pouco pessoal, começaria minhas palavras lembrando ouvir de um dos mais efetivos responsáveis pela pasta da Fazenda, que uma das principais provas de maturidade de uma sociedade e de estabilidade de uma economia é quando se observa que a grande maioria de seus membros compartilham certos valores, independente das inclinações ou preferências políticas ou partidárias de cada um desses membros.

Assim, restam poucas dúvidas de que, mais uma vez, a democracia brasileira dá prova de sua excelência, ao reafirmar o consenso do imperativo da disciplina fiscal para o crescimento econômico e social e para o desenvolvimento sustentável.

Esse compromisso fiscal nem sempre é fácil, especialmente considerando as legítimas demandas da população e a natural tendência de se buscar maior conforto imediato, talvez com insuficiente atenção ao futuro, mesmo próximo. Mas, esse equilíbrio fiscal é indispensável para continuarmos no exitoso caminho de ampliar as oportunidades para nosso povo, especialmente para os mais jovens.

O equilíbrio fiscal é a chave para a confiança e para o desenvolvimento do crédito, que permite mais empreendedores levarem a frente seus projetos e, com isso, contribuírem para a geração de emprego, o bem estar geral e a riqueza da nação. A tranquilidade que esse equilíbrio dá incentiva o investidor a tomar riscos, e a pequena empresa a crescer.

O Brasil tem plenas condições de exercer o equilíbrio fiscal, com disciplina nos gastos públicos e no uso de outros instrumentos econômicos, como os bancos públicos, sem com isso ofender direitos sociais ou deprimir a economia.

O Brasil mudou muito na última década, com o crescimento da classe média, toda uma geração que encontra novas oportunidades de estudo e trabalho, as menores taxas históricas de desemprego, e uma estabilidade institucional cada vez maior. Soube usar os anos em que as condições externas também nos favoreceram, e indica que saberá continuar a mudar, respondendo aos novos desafios, que são naturais na vida de qualquer país.

O reequilíbrio fiscal de 2015 e o cumprimento das metas fiscais em 2016 e 17, como previsto na LDO recém aprovada, serão o fundamento de um novo ciclo de crescimento. Assim como o ajuste nos gastos que antecedeu o Plano Real foi o talvez menos falado, mas não o menos importante fator do sucesso da estabilização monetária, que perdura até hoje, sob a eficaz vigilância do Banco Central do Brasil. E, como a Responsabilidade Fiscal exercitada na primeira metade dos anos 2000 foi condição indispensável para o Brasil ter sucesso na política de inclusão social de milhões de brasileiros, e, pela primeira vez em sua história, poder conduzir uma política anticíclica efetiva, como fez em seguida à crise global de 2008, em sintonia com o G20.

Mas, considerando o conjunto da nossa economia, o reequilíbrio fiscal não operará sozinho, nem seus benefícios serão plenamente sentidos no vácuo. Aqui também, o compartilhamento por toda a sociedade de valores cruciais e transformadores terá um papel insubstituível.

Como salientou, quando diplomada Presidente da República, é compromisso da Chefe do Executivo e, portanto de todo o governo, dar um basta ao sistema patrimonialista, e, em suas palavras, à sua “herança nefasta”.

O patrimonialismo, como se sabe, é a pior privatização da coisa pública. Ele se desenvolve em um ambiente onde a burocracia se organiza mais por mecanismos de lealdade do que especialização ou capacidade técnica, e os limites do Estado são imprecisos. É um mecanismo excludente, ainda que o estado centralizador possa gerar novos grupos para operá-lo, como foi pela proliferação de viscondes e marqueses no nosso primeiro império, de que nos fala Raimundo Faoro em sua análise formidável desse fenômeno tão nocivo.

A antítese do sistema patrimonialista é a impessoalidade nos negócios do Estado, nas relações econômicas e na provisão de bens públicos, inclusive os sociais. Essa impessoalidade fixa parâmetros para a economia, protegendo o bem comum e a Fazenda Nacional, a qual então foca sua atividade no estabelecimento de regras gerais e transparentes. O que permite a iniciativa privada e livre se desenvolver melhor. Ela que dá confiança ao empreendedor de que vale a pena trabalhar sem depender, em tudo, do Estado.

Como todo avanço, arrancar os traços do patrimonialismo, como no desafio colocado no discurso da diplomação da Presidente Dilma, exigirá determinação, persistência e humildade para vencer os obstáculos. Mas, essa coragem para avançar, fazer as mudanças necessárias, abrirá inúmeras oportunidades para a nossa economia e para nossa população. Será a forma de mais rapidamente aumentarmos a produtividade do nosso trabalhador, permitindo que os ganhos dos salários obtidos até aqui se consolidem e que a inclusão social prossiga. Junto com o reequilíbrio fiscal, esse avanço será a chave, acredito, não mais contingente, do novo ciclo de crescimento que todos queremos.

As instituições da nossa democracia estão preparadas para esse avanço, indispensável para nos reposicionarmos em um mundo cada vez mais competitivo e integrado. A transparência e solidez das contas públicas, a estabilidade regulatória, adaptativa, mas previsível, e o incentivo à concorrência, interna e internacional, são os ingredientes, que já conhecemos bem, para ampliarmos o número dos que participam, em igualdade de oportunidades, na economia. São os ingredientes para podermos mobilizar a poupança doméstica e externa, de maneira a aumentar a nossa taxa de investimento e o número de postos de trabalho, abrindo caminho, também através da inovação, para ampliarmos nossa presença e vencermos no cenário mundial.

Esses princípios guiarão todas as ações do Ministério da Fazenda nos próximos anos. Evidentemente, eles refletem uma grande confiança na iniciativa e dinamismo das empresas, brasileiras e estrangeiras, que disputam o nosso mercado e se aventuram a exportar nossos bens e serviços.

Com clareza e estabilidade nas políticas públicas, nossa agricultura—extraordinariamente produtiva e crescentemente sustentável; nossos serviços—

inclusive os de maior conteúdo tecnológico; e nossas indústrias— das mais tradicionais às de ponta, como a aeroespacial, saberão reagir positivamente.

Mais ainda, essas clareza e estabilidade, ao diminuïrem os riscos e, portanto, os cuidados e defesas que empresas muitas vezes se veem compelidas a adotar, são poderosos instrumentos para diminuir prêmios e margens, estimulando a oferta e diminuindo o receio da concorrência, afastando o patrimonialismo e o q ele possa acenar como escape de segurança.

Esses princípios também refletem a confiança na capacidade da nossa força de trabalho e nas famílias brasileiras, já que é bem sabido que apenas o trabalho pode gerar riqueza.

Esses compromissos se traduzirão não só no esforço de reequilibrar as contas públicas de forma duradoura, se não permanente, mas no diálogo com os agentes econômicos, grandes e pequenos, empreendedores e empregados, para acelerar a retomada da nossa economia e efetuar as necessárias reformas. Como lembrado no discurso de Compromisso Constitucional perante o Congresso, reforma foi o tema mais evocado ao longo de 2014.

O sucesso da empreitada, tenho convicção, virá do trabalho conjunto, também com os Ministérios do Planejamento, da Agricultura, da Indústria e Comércio, da Pequena Empresa, do Trabalho, e das Relações Exteriores e, muito especialmente, com o Congresso Nacional.

O reequilíbrio fiscal já começou, com a contenção do gasto público promovida recentemente pela equipe de governo cujos trabalhos se encerraram semana passada. Foram aparados os subsídios nos empréstimos do BNDES a setores empresariais, e alinhada com a melhor prática internacional a legislação que rege as pensões pagas pelo setor público e alguns outros programas sociais, o que significa evitar excessos na concessão de novos benefícios e fortalecer o sistema, permitindo que as políticas sociais do país, que tem surpreendido o mundo, possam tornar-se ainda melhores, ao terem eventuais distorções corrigidas.

A economia proporcionada por essas medidas, especialmente o alinhamento das taxas de juros dos empréstimos do BNDES às empresas, alcançará bilhões de reais nos próximos anos, e diminuirá a exposição daquele banco ao

Tesouro Nacional e a outros riscos, preparando-o para novos papéis. Também reforçará a capacidade do Tesouro pagar sempre de forma absolutamente tempestiva e segura os benefícios sociais, os quais têm sido um fator de estabilidade para o país.

A adequação do Orçamento de 2015 às perspectivas de arrecadação da União se dará nas próximas semanas, de acordo com os ritos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e através de mecanismos bem estabelecidos de modulação dos gastos. O rigor de verificação no pagamento dos serviços contratados e de contas diversas apresentadas ao Tesouro acompanhará a tônica do governo no controle e melhora do gasto público, como realçado pelo Ministério do Planejamento, e incluindo, quando for o caso, a parceria com a Controladoria Geral da União—CGU e com o Tribunal de Contas da União, o TCU. Nesse sentido, a implantação de novos módulos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, com novas funcionalidades no SIAFI-Gerencial, permitirá monitorar, já nesse ano, mais efetivamente o processo e a qualidade do gasto público.

Possíveis ajustes em alguns tributos serão também considerados, especialmente aqueles que tendam a aumentar a poupança doméstica e reduzir desbalanceamentos setoriais da carga tributária.

A agenda tributária dos próximos semestres deve ainda considerar medidas de simplificação de tributos e obrigações acessórias, algumas demandadas há bastante tempo.

A harmonização da tributação dos instrumentos e veículos de investimento, por exemplo, será essencial para a expansão do mercado de capitais e o financiamento em termos voluntários e competitivos da infraestrutura. O tratamento diferenciado às pequenas e médias empresas prosseguirá, com crescente transparência e visão de longo prazo.

Renovada ênfase será dada ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o CARF, com vistas a fortalecê-lo. Assim serão garantidos os supracitados princípios da impessoalidade e o aumento da eficiência de processos, este instaurado desde a frutuosa presidência do estimado Secretário Barreto, da Receita Federal do Brasil. A minha experiência indica que o equilibrado

encaminhamento do contencioso tributário é um poderoso instrumento para a conformidade e estímulo à eficiência das boas empresas.

A experiência também ensina o valor insuperável da orientação segura da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional—PGFN antes de se tomar qualquer iniciativa no âmbito do Ministério da Fazenda, até pela reconhecida excelência de seus chefes e corpo funcional, e da importância de se atentar para a gestão da dívida ativa e demais contenciosos da Fazenda.

Todas essas medidas procurarão eliminar exceções e reduzir tratamentos idiossincráticos, sem deixar de prestar atenção às particularidades setoriais ou individuais. Elas visarão a transparência e facilitar a concorrência e a eventual realocação dos fatores de produção, indispensáveis para a economia brasileira voltar a crescer, de forma ágil e rápida.

Além disso, qualquer iniciativa tributária terá que ser coerente com a trajetória do gasto público.

Não podemos procurar atalhos e benefícios que impliquem em redução acentuada da tributação para alguns segmentos, por mais atraente que elas possam ser, sem considerar seus efeitos na solvência do Estado, face à expansão persistente dos gastos obrigatórios ou não. Porque essa seria a fórmula para o baixo crescimento endêmico.

Cabe também lembrar que a Lei Complementar n. 101 prevê criteriosa análise e medidas compensatórias para qualquer benefício fiscal ou redução de impostos, assim como para a criação de novas despesas obrigatórias ou continuadas.

O Ministério da Fazenda colaborará também no esforço da Federação e do Senado em harmonizar o ICMS, especialmente com alíquotas interestaduais que desestimulem a guerra fiscal. Muito já se avançou nesses entendimentos, e o eventual sucesso de um acordo em que o Senado estabeleça trajetórias declinantes para as alíquotas ditas “na origem”, e os Secretários de Fazenda eliminem o risco jurídico de benefícios já concedidos, favorecerá, em muito, a retomada do investimento em todo o país. Tal encaminhamento é ainda mais importante e urgente diante da necessidade de se baixarem custos e se

aumentarem as exportações, especialmente aquelas de maior valor agregado, que envolvem cadeias produtivas mais longas.

Como dito em outras ocasiões, é uma prioridade o realinhamento dos preços relativos, e daqueles administrados, pois essencial para o bom funcionamento da economia, e exigido para a manutenção da solidez do Tesouro, a redução do seu custo de financiamento doméstico, e o permanente reconhecimento internacional da qualidade e valor da nossa dívida pública. Temos que agir com energia, para balizar as decisões de investimento das empresas, e orientar as escolhas dos consumidores.

Que não haja dúvida tampouco de que o Ministério da Fazenda estará preparado para apoiar a superação de eventuais desafios pontuais ao bom e ordenado funcionamento da economia. Mas a ilusão de que a garantia financeira do Tesouro pode ser um manto que suprima, adie, ou contorne a necessidade de se enfrentarem problemas, hiatos ou distorções em qualquer setor não deverá encontrar guarida. Porque essa ilusão apenas efraqueceria a nossa economia, cujos fundamentos, hoje, são saudáveis.

Enfim, nos próximos quatro anos, de uma forma ou de outra, nossa economia se transformará. A combinação do fortalecimento fiscal com medidas na área da oferta, que aumentem a poupança, diminuam o risco dos investimentos, inclusive em infraestrutura, e deem confiança e independência à iniciativa privada, permitirá que essa transformação se dê com o menor sacrifício possível e máximo resultado. A ação da Comissão de Valores Mobiliários—CVM e da Superintendência dos Seguros Privados—SUSEP na regulação e supervisão transparente dos seus respectivos mercados será, portanto, cada vez mais relevante.

Não é esse o primeiro ciclo de consolidação da nossa história, em que reformas também prepararam o terreno para a volta do crescimento da economia e do emprego. Muitas pessoas já participaram dessa faina e, nesse contexto, peço permissão para citar um egresso dessa casa que me acolhe hoje, o querido Fábio de Oliveira Barbosa, um dos grandes da República, cuja contribuição para a estruturação do Tesouro Nacional continua dando vigor a toda uma geração de servidores da Fazenda. O que aliás pode ser confirmado por vários dos componentes da minha equipe, que anunciarei daqui a pouco.

De fato, o rol de recentragens da economica brasileira poderia começar por aquela conduzida com tanto rigor por Silva Ferraz nos idos de 59, seguida por outras, como aquela liderada por um dos tantos médicos que brilhantemente souberam conduzir a pasta da Fazenda, e que restabeleceu nosso crédito em 98; obra prenunciada pela ação do grande Rodrigues Alves na Fazenda, e cujos frutos foram cultivados e colhidos pelo mesmo, em um quadriênio posterior, de realizações e prudência financeira.

Mas, talvez nunca antes na nossa história, em períodos democráticos, havéssemos tido a maturidade, como país, de fazer correções bem antes que uma crise econômica se instalasse. A economia brasileira tem bons fundamentos e, estamos, sim dispostos a implementar as medidas necessárias, sem a ingenuidade de soluções fáceis.

Encerro, portanto, reafirmando a minha confiança neste momento. Vamos trabalhar com afinco na busca dos caminhos que permitam ao Brasil prosseguir na rota do crescimento econômico, e principalmente, ter a persistência para trilhá-los. Isso será feito contando com a participação, iniciativa e inovação de cada brasileira e de cada brasileiro. Por que, no final das contas, os verdadeiros protagonistas das transformações, sejam elas econômicas ou sociais, são as pessoas comuns, que no seu dia a dia tomam decisões de vida baseadas na nossa sinalização, e, principalmente na fé de que o Brasil vai crescer, e com cada vez mais justiça social. São as cidadãs e os cidadãos, destacados ou anônimos, que ao longo da nossa história, têm construído essa Pátria."

Muito Obrigado!

Estou indicando como chefes das Secretarias do Ministério da Fazenda e da PGFN as seguintes pessoas:

Secretário Executivo - Tarcisio Godoy

Secretário da Receita - Jorge Rachid

Secretário do Tesouro - Marcelo Saintive Barbosa

Secretário de Políticas Econômicas - Afonso Arinos Melo de Franco Neto

Secretário de Acompanhamento Econômico - Pablo Fonseca

Secretário de Assuntos Internacionais - Luis Balduino

Procuradora Geral da Fazenda Nacional - Adriana Queiroz

Presidente do Carf - Carlos Barreto